

## **CADERNO DE ENCARGOS**

### **Aquisição de combustíveis rodoviários - Gasóleo**

## CLÁUSULAS GERAIS

### 1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO - OBJETO

- 1.1. O presente concurso tem por objeto a aquisição de **“Combustíveis rodoviários – gasóleo”**, em regime de fornecimento contínuo.
- 1.2. Os bens a fornecer deverão obedecer às especificações e condições técnicas legalmente estabelecidas.
- 1.3. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto a aquisição de – Combustíveis rodoviários – (gasóleo) em regime de fornecimento contínuo.
- 1.4. Os consumos médios estimados são os seguintes:
  - a)- Combustíveis rodoviários –  
+/- 64 000 litros/ano
  - b)- As quantidades indicadas na alínea anterior são meramente indicativas, não vinculando a entidade adjudicante à sua efetiva aquisição.
  - c)- O combustível deverá cumprir os requisitos constantes da legislação aplicável em vigor.

### 2. ENTIDADE ADJUDICANTE E ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

- 2.1. A entidade que promove o procedimento é o Município de Tondela com sede no Largo da República, 16 3464 -001 Tondela telefone: 232 811110 e fax: 232 811120;
- 2.2. A decisão de contratar foi tomada por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datado de 20/11/2014.

### **3. VALOR E PRAZO DO CONTRATO**

3.1. Para efeitos do presente Caderno de encargos entende-se por preço base o “preço máximo (de acordo com a expressão utilizada no artigo 47º do CCP) do contrato a celebrar, é de **60 975,61€** ao qual acresce o IVA à taxa legal.

3.2. O preço referido no número anterior não pode, em qualquer caso, ser superior ao preço máximo que o município se dispõe a pagar, do contrato a celebrar correspondendo à totalidade ou até à data do fornecimento total dos bens.

3.3. O contrato terá um prazo de 365 dias, podendo ser prorrogado ou antecipado até se atingir o montante do valor adjudicado

### **4. OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO FORNECEDOR**

4.1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato, decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

a) Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta, no estaleiro do Município de Tondela, sito na Av. Eng. Adelino Amaro da Costa nas quantidades solicitadas pelo Município através de comunicação de correio eletrónico.

### **5. CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DOS BENS**

5.1. O contraente obriga-se a entregar os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos legais.

5.2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.

5.3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os

aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

- 5.4. O fornecedor é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

## **6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 6.1. A quantia devida pela entidade adjudicante deve ser paga no prazo de 60 (sessenta) dias.
- 6.2. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores, indicados nas faturas, deve este comunicar por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

## **7. FORÇA MAIOR**

- 7.1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 7.2. Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
- 7.3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstancias que não constituem força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedade ou grupos de sociedades dos subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaíam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros;
- 7.4. A existência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
- 7.5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante de força maior.

## **8. RESOLUÇÃO POR PARTE DA ENTIDADE ADJUDICANTE**

- 8.1. Sem prejuízo de outros fundamentos previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
- 8.2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela entidade adjudicante.

## **9. SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL**

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer uma das partes depende da autorização da outra, nos termos do Códigos dos Contratos Públicos.

## **10. COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES**

10.1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

10.2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

## **11 OBJETO DO DEVER DE SIGILO**

11.1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

11.2. A informação e documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

## **12 PEÇAS DO PROCEDIMENTO - CONSULTA E FORNECIMENTO**

## Contratação Pública

- 12.1. As peças do concurso serão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)
- 12.2. O acesso à referida plataforma electrónica é gratuito e permite efetuar a consulta, o *download* das peças de procedimento, bem como apresentar a proposta.
- 12.3. Sem prejuízo do disposto no Caderno de Encargos, as peças do concurso estão disponíveis nos serviços da entidade adjudicante no endereço mencionado na Cláusula 2ª, para consulta aos interessados, durante as horas de expediente.

## 13. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

- 13.1. A adjudicação será efetuada, segundo o critério do mais baixo preço, em que o valor do desconto apresentado p/litro é o que prevalece.

## 14. PROPOSTA – DOCUMENTAÇÃO

- 14.1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
  - a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I;
  - b) Declaração do concorrente, sob compromisso de honra, declarando que mantém o desconto durante o período de vigência do contrato;

## 15. PROPOSTAS VARIANTES

- 15.1. Não são admitidas propostas que sejam variantes, nos termos do artigo 59.º do Código dos Contratos Públicos.

## 16. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

16.1 Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na plataforma eletrónica mencionada em 13.

## **17. IDIOMA**

Os documentos que constituem a proposta têm que ser redigidos em língua portuguesa.

## **18. ESCLARECIMENTOS E RETIFICAÇÕES DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO**

18.1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, ao júri do concurso, através da plataforma eletrónica.

18.2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior são prestados por escrito, pelo júri do concurso, até ao termo do prazo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica.

18.3. O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à rectificação de erros ou omissões das peças do procedimento, nos termos e nos prazos previstos no número anterior.

18.4. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores serão disponibilizados através da plataforma eletrónica, e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham adquirido ser imediatamente notificados desse facto.

18.5. Os esclarecimentos e as rectificações referidos nos nºs 10.1 a 10.3 fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

18.6. Quando as retificações ou esclarecimentos sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve

ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.

18.7. Quando as retificações referidas, independentemente do momento da sua comunicação, ou a aceitação de erros ou de omissões do caderno de encargos, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das rectificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.

18.8. As decisões de prorrogação nos termos do disposto nos números anteriores cabem ao órgão competente para a decisão de contratar e devem ser juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquelas decisões, na plataforma indicada em 4.

## **19. PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTA**

Os concorrentes são obrigados a manter as respectivas propostas pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação de propostas.

## **20. LISTA DOS CONCORRENTES E CONSULTA DAS PROPOSTAS APRESENTADAS**

20.1. Os serviços, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação de propostas, procede à publicitação das listas de concorrentes, através da plataforma.

20.2. Aos concorrentes incluídos na lista é facultada a consulta, diretamente na plataforma electrónica, referida no número anterior, de todas as propostas apresentadas.

20.3. O interessado que não tenha sido incluído na lista de concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias a contar da publicação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.

20.4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.º 12.1 e 12.2.

## **21. EXCLUSÃO DAS PROPOSTAS**

21.1. São excluídas as propostas cuja análise revele:

- a) Que não apresentam algum dos atributos, nos termos do disposto na Cláusula 6ª;
- b) Que apresentem atributos que violem os parâmetros base fixados no caderno de encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspectos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetido à concorrência, previstos na Cláusula 6ª, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 4 a 6 e 8 a 11 do artigo 49.º do Código dos Contratos Públicos;
- c) A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respectivos atributos;
- d) Um valor de desconto anormalmente baixo, cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido considerados nos termos do artigo 71.º do Código dos Contratos Públicos;
- e) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
- f) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações susceptíveis de falsear a concorrência;
- g) Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
- h) Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais a entidade adjudicante tenha conhecimento que não se verifica alguma das situações mencionadas na Declaração do Anexo I.
- i) Que não sejam constituídos por todos os documentos exigidos nos termos do disposto na Cláusula 6ª.
- j) Que não cumpram o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º CCP;

- k) Que os documentos que constituem a proposta não estejam redigidos em língua portuguesa;
- l) Que sejam apresentados como variantes;
- m) Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas nos termos do disposto da Cláusula 8ª.
- n) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
- o) Que violem o disposto no n.º 7 do artigo 59.º do Código dos Contratos Públicos;

## **22. ADJUDICAÇÃO – DEVERES**

- 22.1. O órgão competente para a decisão de contratar deve tomar a decisão de adjudicação e notificá-la aos concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas.
- 22.2. Por motivo devidamente justificado, a decisão de adjudicação pode ser tomada e notificada aos concorrentes após o termo do prazo referido no número anterior, sem prejuízo do direito de recusa da adjudicação pelo concorrente cuja proposta foi a escolhida.
- 22.3. Quando a decisão de adjudicação seja tomada e notificada aos concorrentes após o termo do prazo referido no n.º 14.1, a entidade adjudicante deve indemnizar o concorrente que recuse a adjudicação pelos encargos em que comprovadamente incorreu com a elaboração da respectiva proposta.

## **23. NOTIFICAÇÃO DE DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO**

- 23.1. A notificação de adjudicação é notificada em simultâneo a todos os concorrentes.
- 23.2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para:
  - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto na

Cláusula 24ª.

- b) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou a condições da proposta adjudicada.

23.3. As notificações referidas no número anterior devem ser acompanhadas do relatório final de análise das propostas.

## **24. CAUSAS DE NÃO ADJUDICAÇÃO**

24.1. Não há lugar a adjudicação quando:

- a) Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
- b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
- c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspectos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;
- d) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar o justifiquem;

24.2. A decisão de não adjudicação, bem como os respectivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.

## **25. CONTRATO – REDUÇÃO A ESCRITO**

25.1. Salvo nos casos de inexigibilidade e dispensa previstos no artigo 95.º do Código dos Contratos Públicos, o contrato deve ser reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte papel ou em suporte informático com a aposição de assinaturas electrónicas.

25.2. Quando a redução do contrato a escrito não tenha sido exigida ou tenha sido

dispensada nos termos do disposto no artigo 95.º do Código dos Contratos Públicos, entende-se que o contrato resulta da conjugação do caderno de encargos com o conteúdo da proposta adjudicada.

25.3 O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e seus anexos.

25.4. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceite pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

25.5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

25.6. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal

## **26. APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO**

26.1. Nos casos em que a celebração do contrato implique a sua redução a escrito, a respectiva minuta é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar depois de comprovada a prestação da caução pelo adjudicatário.

26.2. Nos casos previstos no número anterior, quando não haja lugar à prestação de caução, a minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação.

## **27. AJUSTAMENTOS AO CONTEÚDO DO CONTRATO**

- 27.1. O órgão competente para a decisão de contratar pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, desde que estes resultem de exigências de interesse público e, tratando-se de procedimento em que se tenha analisado e avaliado mais de uma proposta, seja objectivamente demonstrável que a respectiva ordenação não seria alterada se os ajustamentos propostos tivessem sido reflectidos em qualquer das propostas.
- 27.2. Os ajustamentos referidos no número anterior não podem implicar, em caso algum:
- a) A violação dos parâmetros base fixados no caderno de encargos nem a dos aspectos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetido à concorrência;
  - b) A inclusão de soluções contidas em propostas apresentadas por outro concorrente.

## **28. NOTIFICAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO**

- 28.1. Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar o órgão competente para a decisão de contratar notifica-a ao adjudicatário, assinalando expressamente os ajustamentos propostos nos termos da cláusula 19ª.
- 28.2. Nos casos em que não haja lugar a prestação de caução, a minuta do contrato a celebrar deve ser notificada ao adjudicatário em simultâneo com a decisão de adjudicação, nos termos do disposto na Cláusula 14ª.

## **29. ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO**

A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites

pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respectiva notificação.

### **30. RECLAMAÇÕES DA MINUTA DO CONTRATO**

- 30.1. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão das obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
- 30.2. No prazo de 10 dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
- 30.3. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte integrante do contrato.

### **31. OUTORGA DO CONTRATO**

- 31.1. A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 dias contados da data de aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
- a) Decorridos 10 dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação;
  - b) Apresentar todos os documentos de habilitação exigidos;
- 31.2. O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de cinco dias, a data, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato.

### **32. HABILITAÇÃO – DOCUMENTOS**

- 32.1. O adjudicatário deve apresentar a reprodução dos seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II ao presente Caderno de encargos;
  - b) Os exigidos no artigo 81.º do C.C.P.
- 32.2. Os sobreditos documentos de habilitação devem ser apresentados, nos termos do artigo 83.º do C.C.P., através da plataforma eletrónica.
- 32.3. No caso de serem detectadas irregularidades nos documentos apresentados, que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, será concedido um prazo de 5 dias para a supressão das mesmas.

### **33 CAUÇÃO – CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E CONTRATUAIS**

- 33.1. Não é exigível a prestação de caução.

### **34. REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE CONTRATAR**

A decisão de não adjudicação prevista na Cláusula 26.ª determina a revogação da decisão de contratar.

### **35. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Caderno encargos aplica-se o regime previsto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

### **36. FORO COMPETENTE**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal Administrativo de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

Tondela, dezembro de 2014

O Presidente da Câmara  
José António Gomes de Jesus, Dr.